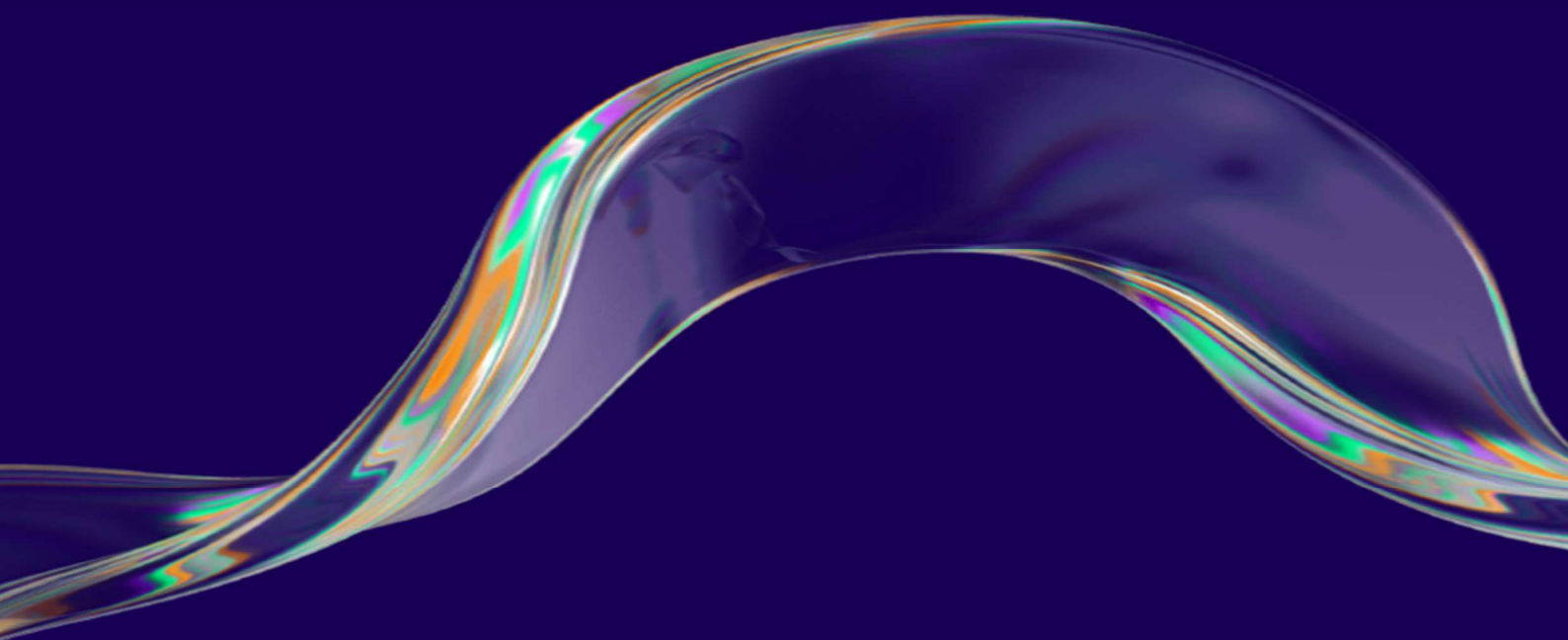


Ventos de Santa Tereza 03
Energias Renováveis S.A.



Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025 e
relatório dos auditores
independentes



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santa Tereza O3 Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Tereza O3 Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para as notas explicativas 5 e 16 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 23 de abril de 2025, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de abril de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Índice

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balço patrimonial	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais.....	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	9
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	10
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	11
5	Receita	11
6	Custos e despesas.....	12
7	Resultado financeiro líquido.....	12
8	Caixa e equivalentes de caixa	12
9	Aplicações financeiras	13
10	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	13
11	Contas a receber de clientes	14
12	Imobilizado	14
13	Provisões para litígios.....	17
14	Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos.....	17
15	Fornecedores.....	17
16	Partes relacionadas	18
17	Imposto de renda e contribuição social	18
18	Patrimônio líquido	19
19	Instrumentos financeiros e gestão de risco	20

Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Receita líquida	5	32.960	19.383
Custo com energia elétrica	6	(5.875)	(3.674)
Custo com operação	6	(12.583)	(9.878)
Lucro bruto		14.502	5.831
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	6	(95)	(84)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(758)	(9)
		(853)	(93)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		13.649	5.738
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		1.925	417
Despesas financeiras		(226)	(649)
		1.699	(232)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.348	5.506
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	17	(1.694)	(715)
Diferidos	17	-	53
Lucro líquido do exercício		13.654	4.844

Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	13.654	4.844
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	13.654	4.844

Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.348	5.506
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	6	9.949	8.667
Baixa de ativo imobilizado e intangível	6	871	-
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	197	-
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	7	-	453
		26.365	14.626
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(3.669)	580
Tributos a recuperar		(299)	(62)
Despesas pagas antecipadamente		111	-
Demais créditos e outros ativos		-	1.049
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		5.896	784
Tributos a recolher		(223)	712
Arrendamentos		-	(92)
Partes relacionadas		197.933	-
Demais obrigações e outros passivos		19	144
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		226.133	17.741
Juros pagos sobre arrendamento		-	(453)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.155)	(1.152)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		224.978	16.136
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(914)	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(9.994)	(6.741)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(10.908)	(6.741)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital	1.1.1 (a)	(205.850)	-
Pagamento de dividendos		(15.853)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(221.703)	-
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		(7.633)	9.395
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		11.984	2.589
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4.352	11.984

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A.
Balanço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.352	11.984
Aplicações financeiras	9	914	-
Contas a receber de clientes	11	6.564	2.895
Tributos a recuperar		362	63
Despesas pagas antecipadamente		227	338
Outros ativos		154	154
		12.573	15.434
Não circulante			
Imobilizado	12	235.252	240.965
Intangível		327	304
		235.579	241.269
Total do ativo			
		248.152	256.703
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		10.063	9.030
Tributos a recolher		775	395
Partes relacionadas	16	197.950	17
Dividendos a pagar	16	50	142
Outros passivos		29	-
		208.867	9.584
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	64
Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	14 (a)	2.641	2.444
Provisões para litígios		4	-
Outros passivos		-	14
		2.645	2.522
Total do passivo			
		211.512	12.106
Patrimônio líquido			
Capital social	18	31.402	237.252
Reservas de lucros		5.238	7.345
Total do patrimônio líquido		36.640	244.597
Total do passivo e patrimônio líquido			
		248.152	256.703

Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
			Reserva de investimentos	Reserva legal		
Em 1º de janeiro de 2024		237.252	2.461	132	-	239.845
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.844	4.844
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	4.844	4.844
Demais mutações patrimoniais do exercício						
Constituição de reserva estatutária de investimento		-	4.510	-	(4.510)	-
Constituição de reserva legal	17 (b) e (c)	-	-	242	(242)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	(92)	(92)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	4.510	242	(4.844)	(92)
Em 31 de dezembro de 2024		237.252	6.971	374	-	244.597
Lucro líquido do exercício		-	-	-	13.654	13.654
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	13.654	13.654
Demais mutações patrimoniais do exercício						
Redução de capital	1.1.1(a)	(205.850)	-	-	-	(205.850)
Retenção de lucros						
Constituição de reserva estatutária de investimento	18 (c)	-	4.181	-	(4.181)	-
Constituição de reserva legal	18 (c)	-	-	684	(684)	-
Distribuição de dividendos intercalares	18 (c)	-	-	-	(8.789)	(8.789)
Distribuição de dividendos intermediários		-	(6.972)	-	-	(6.972)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		(205.850)	(2.791)	684	(13.654)	(221.611)
Em 31 de dezembro de 2025		31.402	4.180	1.058	-	36.640

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Considerações gerais

A Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A. “Companhia”, de capital fechado, foi constituída em 16 de abril de 2020, situada da Cidade de Pedro Avelino, Estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda São Francisco. Tem como objeto social a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada a comercialização na modalidade de produção independente de energia; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos e prestação de serviços de consultoria. A Companhia é produtora independente de energia elétrica, no estado do Rio Grande do Norte, pelo prazo de 35 anos contados a partir de outubro de 2020.

A Companhia é controlada diretamente pela Cajuína AB1 Holding S.A. e indiretamente pela Tucano Holding I S.A. e Auren Participações S.A. (“Auren Participações”).

A Companhia possui outorga de geração de energia, na cidade de Pedro Avelino, estado do Rio Grande do Norte, através da Portaria MME nº 9274/2020, emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME. Possui capacidade instalada de 45,6 MW e compõe o complexo eólico Votorantim Cimentos.

As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Redução de capital

Em 11 de junho de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital social no montante de R\$ 400, passando o capital social de R\$ 237.252 (dividido em 237.252.309 ações ordinárias) para R\$ 236.852 (dividido em 236.852.309 ações ordinárias).

Em 22 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital social no montante de R\$ 205.450, passando o capital social de R\$ 236.852 (dividido em 236.852.309 ações ordinárias) para R\$ 31.402 (dividido em 43.031.440 ações ordinárias).

1.1.2 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 13 de abril de 2026.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Algumas notas explicativas presentes nestas demonstrações contábeis sofreram alterações de apresentação para garantir e assegurar a comparabilidade e transparência das informações financeiras, considerando todas as mudanças estruturais decorrentes do processo de harmonização das práticas contábeis adotadas pela Companhia.

Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações financeiras individuais, no montante de R\$ 196.294.

Para honrar esses compromissos, a Administração complementarará os recursos do ativo circulante com outras fontes de liquidez, como dividendos e recursos oriundos de subsidiárias, aportes dos controladores, além de ter amplo acesso ao mercado de capitais. A Administração entende que tais fontes, aliadas à capacidade recorrente de geração de caixa, asseguram a continuidade operacional no curso normal dos negócios.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$”).

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias adotadas pela Companhia

A Companhia analisou as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatárias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A Companhia está em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “own use” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “hedge accounting” para certos PPAs que não atendam a exceção de “own use”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo International Sustainability Standard Board (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que,

durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta contábil
12	Imobilizado
14	Obrigações socioambientais e de com desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2025	2024
Receita bruta			
Venda de energia			
Partes relacionadas	16	32.359	18.919
Energia de curto prazo – CCEE		2.097	1.164
		<u>34.456</u>	<u>20.083</u>
Outras receitas			
Outras receitas		-	274
		<u>34.456</u>	<u>20.357</u>
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(1.258)	(707)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(238)	(267)
		<u>(1.496)</u>	<u>(974)</u>
Receita líquida		<u>32.960</u>	<u>19.383</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia obtiveram a entrada em operação completa, o que resultou no aumento significativo da geração de energia, e por conseguinte, aumento da receita.

6 Custos e despesas

					2025	2024
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(2.761)	-	-	-	(2.761)	(896)
Encargos de uso da rede elétrica	(3.114)	-	-	-	(3.114)	(2.778)
Depreciação e amortização	-	(9.920)	(29)	-	(9.949)	(8.667)
Materiais	-	(23)	-	-	(23)	(18)
Materiais	-	(23)	-	-	(23)	(18)
Serviços	-	(1.629)	(61)	-	(1.690)	(634)
Serviços de operação e manutenção	-	(1.439)	-	-	(1.439)	(484)
Serviços de terceiros	-	(190)	(61)	-	(251)	(150)
Outros	-	(1.011)	(5)	-	(1.016)	(643)
Aluguéis e arrendamentos	-	(459)	-	-	(459)	184
Seguros	-	(425)	-	-	(425)	(827)
Impostos, taxas e contribuições	-	(127)	-	-	(127)	-
Outros custos e despesas líquidas	-	-	(5)	-	(5)	-
Demais (despesas) receitas	-	-	-	(758)	(758)	(9)
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(871)	(871)	-
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	113	113	(9)
	<u>(5.875)</u>	<u>(12.583)</u>	<u>(95)</u>	<u>(758)</u>	<u>(19.311)</u>	<u>(13.645)</u>

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2025	2024
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre equivalentes de caixa e aplicações financeiras		1.923	407
Juros sobre ativos financeiros		-	1
Outras receitas financeiras		2	9
		<u>1.925</u>	<u>417</u>
Despesas financeiras			
Ajuste a valor presente sobre obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	14 (a)	(197)	(55)
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		-	(453)
Outras despesas financeiras		(29)	(141)
		<u>(226)</u>	<u>(649)</u>
		<u>1.699</u>	<u>(232)</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são

prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 98,97% do CDI (99,99% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Caixa		
Caixa e bancos	122	467
	122	467
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (i)	4.195	5.068
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	35	6.449
	4.230	11.517
Caixa e equivalentes de caixa	4.352	11.984

(i) As quotas de fundo de investimento pertencem majoritariamente ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren, além de outros fundos. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa média de remuneração entre 99,45% do CDI.

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

	2025	2024
Aplicações financeiras		
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	914	-
	914	-

10 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e aplicações financeiras:

	Rating local	
	2025	2024
AAA	5.266	11.984
	5.266	11.984

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

11 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	2025	2024
Partes relacionadas (Nota 16)	6.069	2.528
Energia de curto prazo - CCEE	495	367
	6.564	2.895

(b) Vencimentos de contas a receber

	2025	2024
A vencer	4.053	2.895
Vencidos até 3 meses	2.509	-
Vencidos de 3 a 6 meses	2	-
	6.564	2.895

A Administração analisou os saldos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

12 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de

depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo (vide Nota 14 – Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizado.

(a) Composição e movimentação

	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício							
Custo	213.100	37.978	2.176	-	847	254.101	244.110
Depreciação acumulada	(11.102)	(1.951)	(83)	-	-	(13.136)	(3.728)
Saldo líquido no início do exercício	201.998	36.027	2.093	-	847	240.965	240.382
Adições (i) (ii)	-	-	-	-	5.122	5.122	6.741
Baixas	-	-	-	-	(848)	(848)	-
Depreciação	(8.761)	(1.169)	(55)	(2)	-	(9.987)	(9.408)
Remensurações	-	-	-	-	-	-	1.368
Transferências	30.754	(31.488)	-	9	725	-	1.882
Saldo no final do exercício	223.991	3.370	2.038	7	5.846	235.252	240.965
Custo	243.854	6.490	2.176	9	5.846	258.375	254.101
Depreciação acumulada	(19.863)	(3.120)	(138)	(2)	-	(23.123)	(13.136)
Saldo líquido no final do exercício	223.991	3.370	2.038	7	5.846	235.252	240.965
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,00	3,00	3,00	6,00			

- (i) As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se, predominantemente, às manutenções realizadas nos aerogeradores, as quais foram classificadas como melhorias que aumentam a vida útil ou a capacidade operacional dos equipamentos.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve desembolso caixa no valor de R\$ 9.994. A diferença no montante de R\$ 4.872 refere-se ao líquido entre: (i) saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

13 Provisões para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível com prognóstico de perda provável, no montante atualizado de R\$ 4.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui apenas processos de natureza cível com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 780.

14 Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pela Companhia.

(a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	2025	2024
Saldo no início do exercício	5.016	3.469	(6.041)	2.444	1.021
Remensuração	-	-	-	-	1.368
Ajuste a valor presente (Nota 7)	38	141	18	197	55
Saldo no final do exercício	<u>5.054</u>	<u>3.610</u>	<u>(6.023)</u>	<u>2.641</u>	<u>2.444</u>
Não circulante	5.054	3.610	(6.023)	2.641	2.444
	<u>5.054</u>	<u>3.610</u>	<u>(6.023)</u>	<u>2.641</u>	<u>2.444</u>

15 Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores de materiais e serviços	7.403	8.960
Fornecedores de energia	2.658	-
Fornecedores nacionais - Partes relacionadas (Nota 16)	2	70
	10.063	9.030

16 Partes relacionadas

Política contábil

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Compras	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes (Nota 11 (a))								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	1.135	-	-	-	1.135	-	-	-
Auren Participações S.A.	2	-	-	-	-	-	-	-
Auren Operações S.A.	4.932	2.528	-	-	31.224	18.919	-	-
	6.069	2.528	-	-	32.359	18.919	-	-
Outras obrigações (i)								
Cajuína AB1 Holdings S.A.	-	-	197.950	-	-	-	-	-
	-	-	197.950	-	-	-	-	-
Fornecedores - compras								
Auren Operações S.A.	-	-	2	70	-	-	63	794
	-	-	2	70	-	-	63	794
Outros								
Auren Operações S.A.	-	-	-	17	-	-	-	-
	-	-	-	17	-	-	-	-
Dividendos a pagar								
Cajuína AB1 Holdings S.A.	-	-	50	142	-	-	-	-
	-	-	50	142	-	-	-	-
	6.069	2.528	198.002	229	32.359	18.919	63	794

- (i) Refere-se ao mecanismo contratual efetuado entre a Companhia e sua controladora Cajuína AB1, para fornecer fluxo de caixa destinado à amortização dos contratos dos empréstimos e financiamentos captados pela controladora. O instrumento firmado entre as partes estabelece que sua vigência permanecerá até o integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia perante sua controladora.

17 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia recolheu os respectivos tributos com base no lucro presumido e auferiu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia, e para as receitas financeiras, nenhuma alíquota de presunção é aplicada, sendo considerada, portanto, a totalidade das mesmas conforme legislação vigente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 1.694 (R\$ 662 em 31 de dezembro de 2024).

2025				
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	34.456	34.456	1.925	1.925
% de Presunção da Base	8%	12%	100%	100%
Base de cálculo Presumida	2.756	4.135	1.925	1.925
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	665	373	483	173

2024				
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	22.783	22.783	110	110
% de Presunção da Base	8%	12%	100%	100%
Base de cálculo Presumida	1.823	2.734	110	110
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL corrente	432	245	28	10
Diferido	(30)	(23)	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	402	222	28	10

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 31.402 (R\$ 237.252 em 31 de dezembro de 2024), composto por 43.031.440 (237.252.309 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias e sem valor nominal.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	13.654	4.844
	13.654	4.844
Reserva legal - 5%	(684)	(242)
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	12.970	4.602
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 2%	-	(92)
(-) Dividendos intercalares	(8.789)	-
(=) Saldo de lucros acumulados	4.181	4.510
(-) Reserva de investimentos	(4.181)	(4.510)
	-	-

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 2% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

19 Instrumentos financeiros e gestão de risco

19.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	2025	2024
Ativos			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 11)		6.564	2.895
		6.564	2.895
Ao valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	2	4.230	11.517
Aplicações financeiras (i) (Nota 9)	1	914	-
		5.144	11.517
		11.708	14.412
Passivos			
Ao custo amortizado			
Fornecedores		10.063	9.030
Partes relacionadas (Nota 16)		197.950	17
Dividendos a pagar (Nota 16)		50	142
		208.063	9.189

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

19.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos da controladora indireta Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pela Diretoria. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 10. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Total
Em 31 de dezembro de 2025		
Fornecedores	10.063	10.063
Partes relacionadas (Nota 16)	197.950	197.950
	208.013	208.013
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	9.030	9.030
Partes relacionadas (Nota 16)	17	17
	9.047	9.047

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) Constrained-off de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de

escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

19.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa e aplicações financeiras é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

			Impactos no resultado					
			Cenário I		Cenários II & III			
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	5.144	-72,92 bps*	(38)	(192)	(383)	192	383

* bps - basis points